

Desafios para a gestão dos Parques Nacionais Brasileiros

Maysa Helena de Freitas¹, Ariane Maria Fonseca de Paula², Geraldo Majela Moraes Salvio³

1. Orientanda, aluna do IF Sudeste MG- Campus Barbacena; 2. Orientanda, aluna do IF Sudeste MG- Campus Barbacena; 3.Coordenador, professor do IF Sudeste MG- Campus Barbacena

1. Introdução

Embora existam muitos Parques Nacionais no Brasil, ocupando uma extensa área do território nacional, muitos destes parques não cumprem sua função. A utilização de uma Unidade de Conservação pelo público é desejável, porém, deve ser manejada de forma adequada para que não se torne uma ameaça ao ambiente ali existente. Assim, para que os parques possam ser abertos de forma responsável ao público, torna-se necessário conhecer os principais problemas de gestão para que sejam tomadas medidas para solucionar estes problemas e ter uma gestão efetiva.

Palavra chave: Parques Nacionais, desafios de gestão, fiscalização, planos de manejo.

Categoria/ Área:

2. Objetivo

Identificar os 5 (cinco) principais problemas que dificultam a gestão dos Parques Nacionais Brasileiros e produzir resultados satisfatórios para a gestão da unidade e para os visitantes, sociedade, parceiros etc.

3. Materiais e métodos

A identificação dos problemas dos Parques Nacionais Brasileiros ocorreu através do envio de questionários para os 69 Parques Nacionais Brasileiros, solicitando informações sobre os gestores, números de funcionários, entre outras; Foram feitos contatos com os parques por e-mail, avaliação dos Planos de Manejo e pesquisas bibliográficas nos sites oficiais do ICMBio e dos Parques Nacionais.

4. Resultados e discussão

Os resultados encontrados, basearam-se nos planos de manejo dos parques nacionais Brasileiros e nos relatórios dos Parques disponíveis no site do ICMBio.

Podemos observar a seguir que a maioria dos Parques Nacionais Brasileiros possui plano de manejo, porém ainda há uma boa quantidade de parques que não possuem este documento de suma importância para a melhor gestão dos mesmos.

No total de 69 Parques Nacionais Brasileiros, 44 possuem plano de manejo e 25 não possuem. Muitas vezes a ausência desse documento impede uma regulamentação do uso público dessa importante categoria de área protegida, gerando um grande conflito entre utilização e conservação da área.

Com base nos planos de manejo, chegamos a conclusão de que existem basicamente 5 atividades que constituem os desafios de gestão de muitos Parques Nacionais Brasileiros como pode-se observar no gráfico abaixo.

Dos 69 Parques Nacionais Brasileiros, 28 apresentam a caça como um dos principais desafios de gestão, 13 apresentam a pesca como um desafio, e 7 apresentam incêndios, extração de madeira e presença de gado como um dos principais desafios de gestão presentes nestes Parques.

Os Parques Nacionais Brasileiros apresentam diferentes desafios de gestão, sendo apenas estes (do gráfico acima) compatíveis. Alguns dos outros desafios de gestão apresentados pelos Parques são colata de isca, lixo, visitação inadequada, pecuária, entre outros.

Para melhor gerenciar o ambiente e tratar destes desafios de gestão com melhor efetividade, é importante que a unidade possua um Conselho Gestor. A maioria dos Parques Nacionais Brasileiros possui este Conselho.

Um aspecto que ainda precisa ser melhorado nos Parques, é em relação à situação fundiária pois, a maioria destas unidades não possuem a situação fundiária totalmente resolvida o que pode colocar em risco o objetivo de preservação do Parque se as atitudes das pessoas que ocupam aquele local não forem condizentes com estes objetivos.

Dos 69 Parques Nacionais Brasileiros existentes, apenas 10 possuem sua situação fundiária resolvida, 36 não informam sobre suas condições e 23 não possuem a situação totalmente regularizada.

A visitação é desejável nos parques, desde que ela não comprometa as condições do Parque. Como podemos observar no gráfico a seguir, grande parte dos Parques Nacionais Brasileiros estão abertos a visitação, sendo que muitos destes Parques não possuem a visitação regulamentada e apenas uma pequena quantia está realmente fechada para visitação.

Para controlar a visitação é imprescindível que haja funcionários suficientes para esta função e para outras funções que são necessárias nos Parques. Abaixo podemos observar se os Parques Nacionais Brasileiros possuem ou não pessoal suficiente para desempenhar funções de extrema importância.

É recomendável que os Parques possuam algumas infraestruturas básicas para pesquisa, visitação e etc. A maioria dos Parques Nacionais Brasileiros possuem alojamentos e portarias, porém poucos possuem laboratórios de apoio à pesquisa e áreas de camping, por exemplo. Ainda é preciso que haja um avanço na infraestrutura dos parques, para assim atender melhor as necessidades dos visitantes, dos pesquisadores, etc. de forma que a unidade de conservação não seja afetada negativamente.

5. Conclusão

O Brasil é um país privilegiado em riquezas naturais e beleza cênica, por isso torna-se necessário proteger estes recursos. A criação de Parques Nacionais é uma forma de proteger e de usufruir de tais privilégios, porém é necessária uma boa gestão destes Parques para que não haja interferências negativas neste ambiente de modo que tais belezas sejam colocadas em risco.

Ainda há muito que melhorar nos Parques Nacionais Brasileiros, para isto é preciso incentivo do Governo, bons Planos de Manejo, Conselhos gestores, etc. Desta forma as pessoas poderão conhecer várias destas belezas contidas no nosso país e proteger cada vez mais, para esta e para as futuras gerações.

6. Referencias Bibliográficas

ARAÚJO, M.A.R.; COELHO, R.M.P. Porque as unidades de conservação são precariamente geridas no Brasil? Brasil. In Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, PR, 2004. P. 55-61.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de junho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

CIÊNCIA HOJE. Eco-Brasil. Rio de Janeiro. Bloch Editores. 1992.

CNUC/MMA www.mma.gov.br/cadastro_uc acesso em 11/06/2013.

DOUROJEANNI M. J. & PÁDUA M.T.J. Biodiversidade: A hora decisiva. Curitiba PR. Editora UFPR. 2001. 307.

FARIA, H. H. Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação: como proceder? In: Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba: 1997. p. 478-499. VII IBAMA. Unidades de Conservação do Brasil: Vol I – Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Brasília. 1989. 170 p.

IBAMA. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil – Implementação do Método RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação. Brasília. 2007. 95 p.

LEVERINGTON, F.; K.L. COSTA; J. COURRAU; H. PAVESE et al. Management effectiveness evaluation in protected áreas – a global study. 2 ed. Brisbane – Australia: The University of Queensland, 2010. 100 p.

NEXUS (Org.). Unidades de Conservação do Brasil: o caminho da Gestão para Resultados. São Carlos, S.P. Ed. RiMa. 2012. 536 p.

WWW. Áreas Protegidas ou Espaços Ameaçados: O Grau de Implementação e a vulnerabilidade das Unidades de Conservação federais Brasileiras de Uso Indireto. Brasília DF. 2000. 32p.

WWW – IPÊ (Org.) Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília DF. 2012. 393 p.

WWW. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil: Resultados de 2010. Brasília. 2012. 80 p.

Apoio financeiro: CNPq, FAPEMIG ou IF Sudeste MG – Campus Barbacena.